



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
TECNÓLOGO EM ARAGUAÍNA

WESLEY SILVA MOURA

**REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DE INSTABILIDADE POLÍTICA
BRASILEIRA (2013-2016)**

ARAGUAÍNA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
TECNÓLOGO EM ARAGUAÍNA

WESLEY SILVA MOURA

**REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DE INSTABILIDADE POLÍTICA
BRASILEIRA (2013-2016)**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso de Gestão e Negócio Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Cooperativismo.

Orientador: Prof. Bruno Costa da Fonseca

ARAGUAÍNA
2019

WESLEY SILVA MOURA

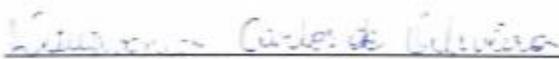
**REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DE INSTABILIDADE POLÍTICA
BRASILEIRA (2013-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Aprovada em 14 / 12 / 2014

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Bruno Costa da Fonseca (orientador)



Profa. Deuzivania Carlos de Oliveira



Prof. Rafael Frois da Silva

ARAGUAÍNA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

M929r Moura, Wesley Silva.
 REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL): UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DE INSTABILIDADE POLÍTICA BRASILEIRA (2013-2016). / Wesley Silva Moura. – Araguaína, TO, 2019.
 37 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2019.
 Orientador: Bruno Costa da Fonseca

 1. Movimento Social. 2. Movimento Brasil Livre. 3. Ação coletiva. 4. Repertório . I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho a Deus, a toda minha família e ao meu orientador, professor mestre Bruno Costa da Fonseca, um exemplo de pessoa, com uma qualidade profissional ímpar.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	6
RESUMO.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA	12
3. CONFRONTO POLÍTICO: REPENSANDO A AÇÃO COLETIVA	18
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
<i>5.1. FATOS POLÍTICO-ECONÔMICOS QUE CULMINARAM NO APOGEU DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL.....</i>	<i>29</i>
<i>5.2. UM ATOR ENTRA EM CENA – SURGIMENTO E ESTRUTURA DO MBL</i>	<i>30</i>
<i>5.3. ASPECTOS GERAIS DE ATUAÇÃO DO MBL</i>	<i>32</i>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

LISTA DE SIGLAS

DER – Departamento de Economia Rural

EOP – Estruturas de Oportunidades Políticas

MBL– Movimento Brasil Livre

PT – Partido dos Trabalhadores

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCP – Teoria do Confronto Político

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria do Processo Político

UFV – Universidade Federal de Viçosa

VUNC – Valor, Unidade, Números e Comprometimento

**REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DE INSTABILIDADE POLÍTICA
BRASILEIRA (2013-2016)**

RESUMO

Este trabalho tem por desígnio compreender a dinâmica da interação entre o MBL e parte da população inconformada com os rumos políticos do estado brasileiro, especialmente, no que compete ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e da atuação da presidente Dilma Rousseff. Classificada como qualitativa e exploratória, esta pesquisa possui como principais métodos de coletadas de dados a “Netnografia” e a pesquisa bibliográfica. Como principais resultados, ressalta-se a padronização de uma forma de Ação Coletiva pautada nos discursos de anticorrupção e de repatriamento do povo brasileiro, materializados pelos uniformes verde e amarelo, pela forte ação nas redes sociais e fragilização do contexto político nacional. Não obstante, as práticas do MBL escondem um projeto ideológico de governo, marcado pelo antipetismo e pela revitalização de um novo conservadorismo no país.

Palavras-chave: Movimento Social, Movimento Brasil Livre, Ação coletiva

ABSTRACT

The purpose of this paper is to understand the dynamics of the interaction between the MBL and part of the population that does not conform to the political directions of the Brazilian state, especially regarding the government of the Workers Party (PT) and the performance of President DilmaRousseff. Classified as qualitative and exploratory, this research has as its main methods of data collection the “Netnography” and the bibliographic research. The main results are the standardization of a form of Collective Action based on the anti-corruption and repatriation speeches of the Brazilian people, materialized by green and yellow uniforms, strong action in social networks and weakening of the national political context. Nevertheless, MBL practices conceal an ideological project of government, marked by antipetism and the revitalization of a new conservatism in the country.

Keywords: Social Movement, Free Brazil Movement, collective action.

1. INTRODUÇÃO

No início da segunda década do século XXI, os sentimentos de insegurança e insatisfação tomaram conta da população brasileira. Esta, por sua vez, realizou grandes manifestações populares que culminou, inclusive, no *impeachment* da então presidente na época Dilma Rousseff. Dessa forma, as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013, tornaram-se um marco importante para sucessivas atuações dos movimentos sociais de direita, sobretudo, do Movimento Brasil Livre (MBL), responsável pela idealização de projeto de mobilização conservadora no país a partir de 2014.

Conforme a descrição feita pelo próprio MBL em suas redes sociais, o movimento é considerado uma “entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera” (MBL, 2014). A partir disso, o MBL começa a implantar em uma camada da população brasileira a sensação de revolta e insatisfação política, na medida em que suas publicações e criações de eventos pelo *Facebook*, instigam a todos os seguidores e simpatizantes do Movimento que “é hora de demandarmos o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff” (MBL, 2015).

Para tanto, escolheu-se como *insights* à proposta conceitual do “confronto político” (MCDAM; TARROW; TILLY, 2009), que teve por intento analisar o comportamento dos atores coletivos – especificamente o MBL - frente às reivindicações que ocorreram em diversas regiões do Brasil entre 2014 e 2016 que, acentuadamente, buscaram uma nova alternativa para o comando do executivo nacional. Não se tratando em nenhum momento de posicionamento político, o ponto primordial deste trabalho baseia-se em análises conceituais que ajudaram a compreender o conjunto variável dos “repertórios” utilizados pelos movimentos sociais e teve a seguinte pergunta de pesquisa: Quais estratégias de ação coletiva o MBL adotou para conseguir confiança e mobilizar parte de uma população inconformada com os rumos do poder executivo?

Destarte, este trabalho teve como objetivo principal compreender a dinâmica da interação entre o MBL e parte da população inconformada com os rumos políticos do estado brasileiro, especialmente, no que compete ao governo do Partido dos

Trabalhadores (PT) e da atuação da presidente Dilma Rousseff. Assim sendo, utilizou-se da análise da categoria de “repertório” como forma de atuação política e como ponto de partida para verificar a trajetória de um movimento social de direita, tido como uma ramificação do novo conservadorismo no Brasil.

No que tange aos objetivos específicos:

- i. Verificar quais estratégias de “Ação Coletiva” foram adotadas para que o MBL conseguisse mobilizar parte de uma população inconformada com a instabilidade político-econômica da época;
- ii. Observar a trajetória de um movimento social de direita, tido como uma ramificação do novo conservadorismo brasileiro;
- iii. Analisar e compreender a importância dos movimentos sociais e o poder que os mesmo possuem de influenciar os rumos da sociedade de maneira direta e indireta.

Este estudo se justifica devido às diferenças que se colocam entre a percepção baseada no senso comum da população sobre as ações políticas de um movimento social - seja ele de direita ou de esquerda - e a análise científica e metódica das estratégias de resistência e de ação coletiva dos movimentos sociais, através de disciplinas como a Sociologia dos Movimentos Sociais, por exemplo. Em outras palavras, este trabalho pretende, através da análise de “repertórios”, compreender a ação coletiva de um movimento social para além da vulgarização do termo ou da espetacularização de suas ações pela imprensa nacional. Nesse sentido, para Tilly (2010), ressalta que o movimento social aprimorou-se gradativamente em suas interações e práticas, interconectando suas características com as demandas vigentes.

A escolha pessoal do tema se deu a partir de uma proposta de desmembramento da pesquisa de mestrado intitulada “O Repertório de Ação Coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI” (FONSECA, 2016) vinculada ao Departamento de Economia Rural (DER)/Universidade Federal de Viçosa (UFV). O interesse pelo tema foi fortalecido pela oportunidade de potencializar e dar

continuidade a um dos capítulos da dissertação, possibilitando o incremento do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) em uma rede de estudos que tem como disciplina central a Sociologia dos Movimentos Sociais.

Para tanto, além desta Introdução, este artigo é composto pelos seguintes tópicos: a) uma seção intitulada “movimento sociais e ação coletiva” que tem por desígnio apresentar a gênese, as correntes teóricas e algumas características dos movimentos sociais; b) uma seção dedicada ao “confronto político: repensando a ação coletiva”, onde é possível apresentar uma inovação conceitual sobre os movimentos sociais da década de 1990 em diante, onde novos atores entram em cena; c) a quarta seção apresenta os “caminhos metodológicos” que buscam detalhar os esboços científicos que contribuíram para o embasamento teórico proposto neste trabalho; d) a quinta seção é composta pelos “resultados e discussões”, segmentado por três subseções: 1) “fatos político-econômicos que culminaram no apogeu das manifestações no Brasil”; 2) “um ator entra em cena – surgimento e estrutura do MBL”; 3) “aspectos gerais de atuação do MBL”. E, por fim, as considerações finais.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA

Para dialogar sobre o surgimento e evolução dos movimentos sociais é preciso compreender também o conjunto das categorias de análise teórica que com o passar dos anos circundaram sobre o tema da ação coletiva. “Diferentemente de outros conceitos, este, em particular, apresenta significados distintos, conforme a concepção a partir da qual se desenvolve” (GOSS, PRUDÊNCIO, 2004, p. 75).

É importante destacar o contexto histórico de um conjunto de correntes teóricas que contribuíram para pesquisas tocantes ao tema. Estas correntes perpassam pelas teorias clássicas, pelas teorias contemporâneas (pós 1960-70), até reelaborações teóricas mais recentes, tal como demonstra o esquema (Figura 1) abaixo (FONSECA, 2015).



Figura 1 – Mapeamento das correntes teóricas. Fonte: Fonseca, 2015.

Verifica-se que teoria clássica sobre os “movimentos sociais” sobreveio influenciada pela metodologia intelectual marxista que segundo Gohn (2009), foi proveniente para importantes linhas de investigação científica no século XX. Dessa forma, as análises que tentavam compreender os movimentos sociais antes de 1960-70 se pautavam, principalmente, nas teorias clássicas marxistas e funcionalistas. As mobilizações coletivas, nessa época, eram concebidas como irracionais, produto de uma frustração individual ou, como destaca Melucci (1989, p.

50), a “[...] ação coletiva era tratada ou como um feito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas”. Destacavam-se, de acordo com o sociólogo francês Alain Touraine, os movimentos sociais baseados nos conflitos e ação dos trabalhadores em sindicatos.

Na obra de Singer (2002) destaca-se a trajetória de Robert Owen entre outros pensadores utópicos, pela contribuição em oposição ao sistema capitalista implantado ao final do século XIII e nas primeiras décadas do século XIX, os quais idealizavam uma “reformulação social” sendo assim chamados de “socialistas utópicos”, posteriormente defendidos por teorias marxistas eximindo assim o capitalismo e construindo um novo modelo de sociedade.

Owen defendeu “melhores condições de trabalho para os assalariados”, propondo radicalmente “[...] uma mudança completa no sistema social e uma abolição de empresa lucrativa capitalista” (SINGER, 2002, p. 26). Contudo, a sua luta por melhores condições de trabalho recebeu várias críticas e, posteriormente, ocorreu fracassos em seu modelo de sociedade na Inglaterra a partir de 1820 e nos Estados Unidos 1829. Assim Owen encontrou de volta à Inglaterra seu discipulado de 1820 colocando em prática suas idéias, coincidindo com o surto do “sindicalismo”. Como consequência, as sociedades cooperativas foram estritamente utilizadas pelos sindicatos como forma de combate à exploração capitalista, uma vez que “[...] os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado” (SINGER, 2002, p. 26 - 29).

Em nota Singer (2002, p. 29) aponta ainda que:

[...] todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen. [...] ele presidiu o primeiro congresso em que a *trade unions* [sindicatos] de toda a Inglaterra se uniram numa única grande central sindical.

Nesse sentido assinala-se o contexto histórico-estrutural como a primeira base de identificação teórica, reunindo importantes nomes da filosofia e sociologia como Gramsci, Rosa de Luxemburgo e Marx, os quais são apontados como substanciais para produção científica, caracterizando particularmente o movimento

operário ao final do século XVIII (proletariado x burguesia) como “movimento social”. Deste modo, os movimentos eram analisados pela narrativa de que, as lutas de classes consistiam sobre o processo de mudança e de transformação social (GOHN, 2009).

A partir da metade do século XX três correntes teóricas foram desenvolvidas para tentar explicar os fenômenos que circundam sobre o tema dos movimentos sociais. Nasce então segundo Alonso (2009, p. 51) o que alguns autores argumentam ser a era pós-materialista e a partir dos anos 1960/1970, três linhas teóricas se apresentaram demandando novas explicações sobre os “movimentos sociais”.

Destacaram-se por meio da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) Mancur Olson, McCarthy e Zald. Estes apontam em suas pesquisas como elemento principal os recursos necessários para a realização de uma ação coletiva, tendo como estratégia de análise, a observação de grupos de interesses, ou seja, o indivíduo se mobiliza tendo em vista o que aquele projeto de ação coletiva lhe proporcionará. Em outra corrente teórica, Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, contribuíram com a Teoria do Processo Político (TPP) verificando as “[...] estruturas de incentivos e/ou constrangimentos políticos”. Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, contribuíram por meio da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), e assim tornam efetiva a análise dos processos culturais e simbólicos em torno da ação coletiva (ALONSO, 2009, p. 3-15).

A “Teoria de Mobilização de Recursos” surge em contraposição à ideia de que o processo de ação coletiva era uma resposta às tensões estruturais, ativadas por motins aleatórios, etc. Os estudos de Mancur Olson, McCarthy e Zald “[...] enquadraram as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando, portanto, a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico”, ou seja, não se podia conceber a ação coletiva apenas como estímulos irracionais, fruto de uma massa descontente (GOHN, 1997).

Segundo Alonso (2009, p. 53) a explicação da TMR “privilegia a racionalidade e a organização” das mobilizações coletivas através do desenvolvimento de

estruturas, estratégias e recursos que viabilizem a ação. Neste sentido, o movimento era visto como uma instituição burocratizada, e que, “de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando se transformava numa organização institucionalizada” (GOHN, 2009, p. 30).

A Teoria do Processo Político (TPP) tem em sua perspectiva, estudiosos como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, que analisaram as reações sobre estruturas impostas, como tensões políticas, lutas sociais e revoluções. A discussão sobre as ações coletivas por meio da TPP utiliza duas fontes explicativas: uma política e outra próxima do aspecto histórico-cultural. No contexto político, as “Estruturas de Oportunidades Políticas” e “Estrutura de Mobilização” dão caráter elucidativo, considerando que a mobilização por meio da TPP “baseia-se num conflito entre partes”, sendo que uma ocupa momentaneamente o Estado o qual “têm controle ou acesso ao governo que rege uma população”, enquanto a outra discursa em nome da sociedade, para expor suas reivindicações (ALONSO, 2009, p. 53-55). Assim,

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevaletentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.26).

Tarrow (2009) afirma que as “[...] oportunidades e restrições políticas em mudança, criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios” a se apoiarem em redes e estruturas sociais concretas por serem habilitadas a lidar com o modo de convergência, pelo fato de que estas estruturas possuem o *knowhow* e recursos suficientes, que somados aos marginalizados, fazem frente às elites. O objetivo dessas redes é orientar as pessoas e aprimorar sua ação e a executarem contra seus opositores. Quando esses incentivos se concretizam surge um “ciclo de protestos”, isto é, o movimento social (TARROW, 2009, p. 18).

Pela TPP o movimento social é visto através de uma interação contenciosa como “[...] uma forma histórica de expressão de reivindicações [...] sintetizada no conceito de repertório”, que diz respeito, de acordo McAdam, Tarrow, Tilly (2009), a uma expressão da interação entre eles (grupos fora da *polity*) e seus opositores

(membros da *polity*). Estes envolvem demandas mútuas entre desafiantes (movimentos sociais) e detentores do poder (Estado nacional), e são definidos como resultados, e portanto ambos não são atores (personagens), mas “formas de ação coletiva”, deste modo a teoria percorre num âmbito de “lutas e disputas em um contexto político” e não “a nível dos próprios problemas sociais”(ALONSO, 2009, p. 56; McADAM, TARROW, TILLY 2009, p. 24).

A partir da terça parte do século XX, a abordagem sobre a ação coletiva adicionou questões sociais e culturais, visando analisar a interação dos indivíduos por meio do “*habitus*”, que conforme Setton (2002) é apresentado como um sistema flexível em constante variação, adaptável aos estímulos do mundo contemporâneo, pela conciliação entre tempos verbais (passado/presente) onde a história está sendo refeita. Assim o *habitus*, é, portanto, a “expressão de uma identidade social em construção”.

A “Teoria dos Novos Movimentos Sociais” (TNMS) utiliza estes argumentos contemporâneos definindo novos protagonistas para as mobilizações coletivas decorrentes de minorias excluídas. Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci compartilham suas análises sobre as vertentes sociais, de gênero, etnia, ambientalismo, etc. As mobilizações seriam então sucedidas por “grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural” os quais se organizam e pressionam o Estado por uma nova identidade coletiva e buscam, portanto, uma melhor qualidade de vida. Assim, a cultura é vista como uma força de transformação social. Destaca-se que os novos movimentos sociais:

[...] aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural [...] como ‘subculturas defensivas’, nascidas em reação a ‘situações-problema’. Sua base social seriam grupos cujo estilo de vida teria sido afetado [...] Fariam, então, uma ‘política expressiva’ [...] voltada para a afirmação de identidades e para a preservação da autonomia e de formas de vida sob ameaça da racionalização sistêmica [...] formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações ‘pós-materialistas’, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. (ALONSO, 2009, p. 62-64).

Em 1989, Alberto Melucci faz apontamentos para uma insuficiência analítica no estudos em que apenas se considera o recurso econômico da ação coletiva,

presumindo assim, somente os “custos e benefícios da ação”. Posto isto, a orientação política é colocada momentaneamente à parte, por ser “analiticamente sem base, particularmente quando referida aos movimentos contemporâneos”, visto que este oferece espaço a questões corriqueiras por tratar de aspectos antes imensuráveis, que se tornam manifestas pelas vertentes da “solidariedade e identidade” (MELUCCI, 1989).

3. CONFRONTO POLÍTICO: REPENSANDO A AÇÃO COLETIVA

O espaço científico no decorrer do século XX elaborou novas formas de pensar sobre a dinâmica da ação coletiva, impulsionada pela nova ordem econômica, política e cultural desenvolvida em escala mundial a partir de 1960. Assim, alguns pesquisadores fundamentaram seus estudos observando as mudanças ocorridas através da interação social ocasionada principalmente por meio dos novos paradigmas injetados pela “globalização”, sobre a cultura, o qual permitiu um aprofundamento de estudos sobre uma estrutura social em constante transformação. Melucci (1989) ressalta que a forma conceitual frente a estes novos fenômenos impulsionou uma ampliação do conhecimento empírico e uma redefinição das categorias analíticas que tentam definir uma condição ou um entendimento satisfatório dos movimentos contemporâneos frente aos novos aspectos culturais que estão em voga.

Giddens (2000) refere-se à globalização como um “[...] processo de conexão” intercontinental dos contextos sociais e a define como “[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial”. Todavia, Santos, (2002, p.26) ressalta que “[...] estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas”.

Deste modo, Chauí (2008) observa que a cultura assumiu um papel importante diante destes acontecimentos. A partir da segunda metade do século XX perpassa a existência da divisão social que refuta a afirmação de Marx em que, a história de todas as sociedades, tem sido observada somente pelo sistema histórico-econômico a partir das lutas de classes. Portanto, na década de 60 a cultura passa a ser percebida como uma pluralidade de expressões e linguagem, em que os sistemas e relações sociais, permitem que a ordem biológica seja regida pelas normas de adaptação ao meio ambiente, assim “[...] a dimensão humana da cultura é um movimento de transcendência, que põe a existência como o poder para ultrapassar uma situação dada graças a uma ação dirigida” (CHAUI, 2008, p. 6-7).

Consequentemente o termo “movimento social” foi reconhecido mundialmente como um toque de clarim, uma força oposta ao domínio opressivo, sendo considerado como uma “convocação” – e não como fruto – para uma ação popular contra um extenso domínio de adversidades (TILLY, 2010, p.135).

Desta forma Charles Tilly um dos analistas do “Confronto Político”, a partir de trabalhos iniciais na sociologia, contribuiu expressivamente com procedimentos embasados em fenômenos históricos para análise (MUSSI, 2018). Entretanto, recebeu duras críticas devido ao *approach* adotado, apoiando-se no processo tradicional econômico-industrial como fator de mudança social (GOHN, 1997, p. 67). Na visão de Laclau (1983) as camadas "classe trabalhadora", "pequeno-burguês", foram gradativamente reduzidas, na medida em que o conceito de "lutas de classes" torna-se insuficiente para delinear os conflitos sociais contemporâneos.

Notoriamente, Tilly apoiou-se na literatura marxista para compreender o processo de mobilização coletiva. A ênfase nos litígios políticos davam o embasamento para a movimentação, assim as teorias de “estrutura de oportunidades políticas” e “estruturas de mobilização”, competiam em verificar as dimensões de ativação da mobilização através do conceito de “repertório de ação coletiva” (ALONSO, 2012). Segundo Gohn (1997) o conceito de repertório é limitado, reputado como um conceito de “época” na medida em que:

“No século XVIII as pessoas aprenderam a fazer greves [...] realizar protestos teatrais nas ruas, por meio de encenações e queimar publicamente imagens fictícias de seus oponentes etc. Já o século XIX [...] se articularam em associações de interesses [...] utilizavam muito a mensagem escrita, via panfletos, abaixo-assinados, porta-estandartes, emblemas e insígnias” (GOHN, 1997, p. 67).

O repertório é então, segundo Tilly, “[...] um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26, apud ALONSO 2009, p. 58).

Conforme observa Alonso (2012), Tilly, no primeiro momento, apega-se a procedimentos de *praxe* – como greves – onde o repertório é visto como um “[...]”

aglomerado de instrumentos para realização de interesses, sem significado em si mesmo”. Deste modo, o foco não está em analisar como os atores contraem o repertório da ação. Durante o processo de mobilização pretende-se verificar somente “[...] a existência de padrões de ação coletiva compartilhados - não seu uso”, assim, “[...] ele olha somente a dimensão daqueles processos que são relevantes para a mobilização” (COHEN, 1985, apud GOHN, 1997, p. 68).

Semelhantemente, Sidney Tarrow foi criticado em seus trabalhos por analisar os movimentos sociais pela óptica das composições formais e estruturas de oportunidades políticas. Inicialmente, Tarrow desenvolveu o conceito de “ciclos de protestos”, em que “[...] somente resgatando, por meio da análise [...] os movimentos sociais em longos períodos de mobilização, pode-se entender seu significado e como são construídos”. Para tal se apoiou nos métodos de análises de Tilly, examinando as ações por meio dos sistemas de crenças e símbolos, utilizando dados fornecidos pelo conceito de época (GOHN, 1997, p. 95-106).

Ainda segundo Gohn (1997), inicia-se a partir de então um ajustamento de uma identidade coletiva pelo *outsider* por meio de um enquadramento interpretativo, ou seja, começa “[...] uma articulação entre a ideologia do movimento e as questões da mentalidade e da cultura política”. Conforme Nunes (2013), o enquadramento interpretativo (*framing*), na visão de Snow e Benford (1986), visa o reconhecimento mútuo e propõe soluções, sobretudo, aquelas ligadas a questões de reconhecimento de identidades alternativas. Desta forma, os quadros (*frames*) são utilizados “para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes”, são os meios pelo qual há um envolvimento motivacional, que dará o significado para “a luta e o engajamento na ação coletiva” (NUNES, 2013).

Melucci (1989) afirma que às críticas feitas às abordagens concentradas em um nível institucional foram sem dúvidas construtivas, pois abriram espaço para pesquisas posteriores, oportunizando assim, uma reestruturação e sem via de dúvidas o aperfeiçoamento da análise conceitual que outrora foi desenvolvida por Tilly e Tarrow. É importante visualizar na ação coletiva a “relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor”, porém, a

maneira de ver os conflitos sociais contemporâneos não se faculta somente à arena institucionalizada, o “valor”, o qual se discute, deve ser analisado através da solidariedade partilhada, isto é, da “capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social”.

Segundo Mussi (2018), Charles Tilly obteve aproximação de cientistas sociais entre os anos de 1980/1990 ambicionando ir além do “marxismo mecanicista” e da cultura de sistemas, ao propor ênfase analítica na “cultura e interpretação”:

Tilly incorporou na análise da ação política desenvolvida nos anos 1970 uma dimensão coercitiva, ou de força “invisível”, que emergia das crenças, costumes, perspectivas de mundo, direitos, obrigações e que exercia pressão efetiva sobre os interesses e as formas organização, mobilização e repressão (CALLEJA, 2016, p. 35; MONSMA, 1996, p. 22 apud MUSSI, 2018).

Tilly e outros pesquisadores mediante a apreciação minuciosa culturalista, começaram a sintetizar os conceitos “movimentos sociais, revoluções e ação coletiva”, com uma nova e promissora base analítica, o “Confronto Político”, na medida em que, no “confronto”, as pessoas fazem reivindicações ligadas à estima de outros interesses, surgindo então uma “interação política”, que frequentemente, concerne a um “tipo de governo” devido suas características coercitiva através de suas diretrizes e parâmetros institucionais que implicam sobre a narrativa de transformação social em um dado ambiente. O que se discute neste novo momento é o intercâmbio entre “mobilização, criação de meios e de capacidades para a interação coletiva” (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 11-12).

Conquanto a interação política, Tilly (2010) comenta que historicamente os movimentos sociais foram admitidos como uma “forma inventada de fazer política”, assim, mais uma vez, a dialética institucional e contenciosa parece ser acionada, porém, neste novo momento a base analítica se distancia daquele sentido bifurcado que nela existiu, tendo em vista os nuances plausíveis sobre os movimentos sociais, na proporção em que o distinguem de outras formas de atuação política através da conciliação entre três elementos: repertório, demonstrações de VUNC, e campanhas (TILLY, 2010, p. 135, 138).

A despeito de incessante inovação e variação em pequena escala de um contexto político para outro, os elementos do movimento social desenvolveram-se e difundiram-se conectados como um todo [...] A história do movimento social o distingue da história de outras formas políticas, como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar [...] Não está se referindo a qualquer ação popular [...] Refere-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas. Refere-se à combinação característica de campanha, repertório e demonstrações de VUNC (TILLY, 2010 p. 142).

Para Tilly (2010, p. 136-138) a “combinação do repertório com as demonstrações de VUNC no interior das campanhas”, designa a característica típica do movimento social, visto que a “campanha” é facultada como a articuladora entre “*emissor-mensagem-receptor*”, os quais se conectam ao alvo, através de “*repertórios*” – formas de ações disponíveis – como associações, aglomerações em massa, marchas, protestos por meio mídias sociais e outras formas de atuação; e “*demonstrações de VUNC*” – ligados à Valor, Unidade, Números e Comprometimento.

Conforme McAdam, Tarrow, Tilly (2009, p. 22 - 42) e Tilly (2010, p. 149) as demonstrações de VUNC são consideradas como a essência do movimento, pois tem como objetivo compensar a notória ineficiência na análise que retrocede o movimento social. É por meio dela que há uma promoção de programas e reivindicações específicas, pois a população ao qual se fala e/ou seus representantes fazem reivindicações às autoridades, assegurando serem dignos, íntegros, quantitativos e empenhados, na medida em que, “nos – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada”, as quais são instigadas por uma influência recíproca. Isso permite que a unidade seja analisada por meio de sua lógica instrumental, documental, admissional e pela adequação a cargos no interior do movimento. A formação de identidades através das características de VUNC é evidenciada diante da internalização agregada ao termo, devido sua representatividade, visto que o termo VUNC inclui símbolos, demonstrações organizadas, resistência, ou uma rotulação, oferecendo aos *outsiders* uma opção de enquadramento (*framing*), muitas vezes ligadas a compromissos ontológicos, ou algo do tipo revolucionário que são comunicadas e que se desenvolvem por meio de redes pré-estabelecidas, aderindo assim, as formas de ação coletiva inspiradas em

redes por um laço interpessoal, ou como ressalta Reynaud(1982, apud MELUCCI, 1989) “[...] uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”. Diante disso;

Supõe-se que a maioria das pessoas participe da ação coletiva que está baseada nas comunidades das quais derivam os significados e identidades importantes para sua vida e bem-estar. [...] Mesmo sem avaliar conscientemente custos e benefícios, as pessoas agem para confirmar ou salvaguardar as fontes centrais de significado e identidade em suas vidas, especialmente quando há modelos disponíveis na forma de repertórios e reivindicações inseridas na história do grupo (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 22 - 33).

Temos como exemplo a experiência de transmissão de poder que se tornou referência para diversas agregações de identidade através do controle político pela sociedade civil e que indubitavelmente muitos cientistas a utilizaram como embasamento de muitas teorias. A Revolução em Paris tornou-se um marco, deixando experiências da comuna para movimentos emancipatórios e ou revolucionários futuros. O modelo de identidade comunista tem em vista a criação de alianças que afrontem os interesses do Estado, do capital, e da divisão social do trabalho, que pela teoria marxista, afirma que o poder deverá permanecer nas mãos da sociedade e que esta deve criar outras formas de organização da sociedade (RIBEIRO, 2014, p. 14).

Outra característica do movimento social refere-se a uma “campanha”; “um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades”, através de simultaneidade entre três elementos. O primeiro é caracterizado por um grupo de demandantes que produzem um apelo ou ações intencionadas, justificadas e ordenadas, a fim de obter influência e adeptos sobre determinado assunto. Um exemplo disso é o movimento “#resista”, campanha de resistência contra os retrocessos socioambientais do governo federal e da bancada ruralista no Congresso Nacional organizado pela organização não governamental ambiental internacional Greepece (2019).

Em outras palavras pode-se dizer que as escolhas feitas pelos demandantes, se movem em primeiro lugar “no sentido de empreender um determinado curso de ação” (HOWLETT, RAMESHE E PERL, 2013, p. 7); em segundo está um – ou

alguns – alvo(s) de demandas como governos e autoridades (públicas ou privadas) e outros grupos de interesses, cuja ações negativas ou positivas afetam significativamente o modo de vida de uma população; em terceiro está algum tipo de público, que conscientemente buscam por algum processo que possa resolver seus problemas. De fato, a paridade destes três elementos é conferida pelo âmbito colaborativo entre demandantes e instâncias controladoras, visto que, os demandantes para terem prestígio e serem legitimados apoiam-se em repartições estruturadas de um poder simbólico, pois, “até os movimentos auto-referidos encontram o poder do Estado em alguns pontos e ajustam suas estratégias em resposta a isto”. Ocorre que, durante o percorrer de uma campanha, os demandantes ou alvos de dada ação podem “[...] cooperar com os partidos e grupos de interesse, competir com eles por apoio ou tentar ocupar o mesmo espaço político” (TILLY, 2010, p. 137; McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 33-35).

De outro modo, uma campanha ampliada a longos períodos de confronto, contribui para dar início a um ciclo de protestos. Durante estes alongamentos, as formas de ações (repertórios) são alteradas conforme a monotonia existente entre as estruturas conflituosas, e, “não apenas os ativistas, mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social” através de um diálogo entre os elementos de uma campanha, visto que os sistemas desafiados tornam-se vulneráveis quando instigados a constantes períodos de luta (TARROW, 2009, p. 44). A partir desse momento começa a ser inserido a terceira vertente que completa a tríade de interação do movimento social, o *Repertório e Ação coletiva*.

Segundo McAdam, Tarrow, Tilly (2009, p. 22-27) durante campanhas duradouras, os movimentos sociais nacionais modificam suas formas habituais de, reivindicar, repreender e de contestar, na medida em que “o uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental”, corroborando para a inovação tática, pois os líderes engajados “inventam, adaptam e combinam várias formas de confronto para ganhar apoio de pessoas”. O repertório é considerado como o meio de interação e comunicação entre os atores e somente se torna eficaz quando a sua proeminência instrumental resulta momentaneamente de sua novidade, habilidade, e

de pegar desprevenidos oponentes ou autoridades, acarretando padrões de desordem pública. Como exemplo, ao atingir uma intensidade máxima durante um ciclo no interior de uma campanha, números e comprometimento de VUNC se intercambiam como repertórios atípicos, tais como sacrifícios civis, “demonstrações de morrer ou matar por uma causa”. Em alguns casos essas formas de ações são consideradas normalizadas pela ótica dos grupos empenhados em uma campanha, mas também podem ser refutados a mercê dos veículos de comunicação em massa sendo considerados como uma ação terrorista. Destarte:

Esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos, e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais, condenando-os a serem descritos com sucesso como “extremistas” por seus oponentes e pela mídia (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 22-27).

Diante disso, existe uma indagação; como saber se realmente há, por trás destas campanhas sustentadas, um movimento social? Segundo Tilly (2010, p. 146) a partir de quando estes grupos começam a atuar com aglomerados de campanhas, repertórios e demonstrações de VUNC, estes devem ser considerados como um movimento social propriamente dito. De outra forma, se estes grupos adotam uma configuração diferente como, por exemplo, começarem a expor candidatos em períodos eleitorais, estariam dirigindo-se a outra opção de atuação política: a campanha eleitoral.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se orientou, conforme sua abordagem, pelos métodos qualitativos de coleta e análise dos dados. O método qualitativo busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito. Contudo não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (PORTELA, 2004). Assim, a pesquisa qualitativa tem como contribuição, a compreensão daquilo que surge, quando se trabalha com uma abordagem respaldada por mensagens textuais, seja lá qual for a origem das mesmas (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Para a realização da identificação e análise das postagens feitas nas redes sociais e sites de *marketing* digital, se fez necessário um prévio e detalhado estudo bibliográfico para dialogar com maior propriedade sobre a temática dos movimentos sociais, reunindo grandes obras bibliográficas que se encontram disponíveis em livros e artigos sobre o tema. Portanto, este estudo se embasou em uma vasta e diversificada literatura que, de forma intrínseca, contribuiu para o embasamento teórico proposto neste trabalho.

Conforme Gil (2002, p. 41-44) esta pesquisa classifica-se ainda como *exploratória* visto que por meio dela, almeja-se uma maior proximidade com o problema investigado, visando obter maior facilidade tanto na coleta, quanto no desenvolvimento do trabalho, principalmente, devido seu delineamento flexível de coleta e análise dos dados. Uma pesquisa exploratória permite, outrossim, o uso de mais de um método de análise possibilitando uma interdisciplinaridade das mais diversas áreas.

Para tanto, o principal método de coleta de dados foi realizado através da chamada “Netnografia”, utilizando-se, sobretudo, das redes sociais do MBL. Segundo Silva (2015, p. 339) este método consiste em analisar, monitorar e compreender determinado universo virtual mediado pelo uso de um computador, isto é, “[...] a Netnografia é uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações

mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet”. Dessa forma, este tipo de abordagem se torna importante para os estudos de *blogs*, sites, grupos de notícias, redes sociais, entre outros veículos que utilizam da *internet*.

Ademais, esta pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica como fonte de coleta de dados. A pesquisa bibliográfica utiliza conteúdos pré-estabelecidos, como *fontes bibliográficas*, pois “não há outra maneira de conhecer os fatos passados” sem o esmiuçar de livros e artigos científicos disponíveis em ambientes físicos e virtuais, facilitando o entendimento histórico acerca dos movimentos sociais. Desta forma, é imprescindível a utilização das obras de Charles Tilly, pela importância e o tratamento dado à ação coletiva e política que está em voga neste trabalho. Semelhantemente, as obras de Ângela Alonso, do escritor culturalista Alberto Melucci, entre outros autores, são de grande importância, visto a contribuição dada para a fundamentação teórica deste artigo em respeito às abordagens acerca da trajetória de análise do movimento social na história.

No que concerne ao tratamento e análise dos dados foi feito um levantamento das publicações realizadas pelo MBL, no *Facebook*. Através da categoria “Eventos” foram verificadas as publicações feitas pelo movimento, a partir do ano de 2014 até 2019. Dessa forma, foram selecionados 98 (noventa e oito) publicações da categoria Eventos, as quais foram organizadas pelo grupo ou com sua coparticipação, que em seu remate, induzia a população a atos contra o Governo. A partir deste delineamento, selecionou-se as publicações que continham em seus títulos as expressões Dilma, PT e *impeachment*, como forma de identificar as “campanhas” em que o movimento estava engajado, fazendo frente e efetivando sua manobra diante de um cenário de inquietação populacional. Da mesma forma, utilizando o delineamento feito, observou-se quais modelos de repertórios foram utilizados durante todos os eventos realizados.

Vale-se ressaltar que as páginas virtuais do objeto de análise possuem poucas informações sobre e como o movimento atua. Desta forma, foram consultadas outras fontes de circulação via *web*, visando adquirir conteúdo e

subsídios que – as páginas oficiais do MBL não fornecem ou são imprecisas – diante das abordagens conceituais acima, ajudaram a entender todo o contexto de reivindicações do MBL, assim como, o contexto de instabilidade política que assolava o país.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. *Fatos Político-econômicos que Culminaram no Apogeu das Manifestações no Brasil*

Em meio a uma grande crise econômica internacional ocorrida a partir de 2008, a população brasileira passou a demonstrar insegurança no que concerne a economia nacional. Várias manifestações começaram a ocorrer no país a partir de 2013 e ganham ainda mais força no início de 2014, quando vem à tona através de todos os meios de comunicação a maior operação anticorrupção do país, chamada Lava Jato, tornando-se um marco importante para sucessivas atuações dos movimentos sociais (de direita). Dentre os mais variados objetivos, em agosto de 2016 obtiveram êxito com a interrupção do mandato da presidente reeleita em 2014, Dilma Rousseff, pertencente ao partido político denominado Partido dos Trabalhadores (PT), o qual também pertence o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), também envolvido nos escândalos, segundo a Lava Jato.

Neste contexto, em meio a tantos movimentos sociais que em seus *slogans* traziam a luta em prol de melhorias governamentais, surge ao final de 2014 o Movimento Brasil Livre (MBL) que – segundo seus próprios fundadores e líderes Kim Patroca Kataguri, Fernando Silva Bispo (mais conhecido como Fernando Holiday) e Renan Antônio Ferreira dos Santos –, vinham a ser uma organização que sustenta o objetivo de realizar mobilizações em massa, de maneira pacífica e apartidária, a favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera.

As manifestações ocorridas a partir de junho de 2013, tornaram-se um marco importante para sucessivas atuações dos movimentos sociais, os quais, dentre vários objetivos, em agosto de 2016 obtiveram êxito na interrupção do mandato da presidente reeleita em 2014, Dilma Rousseff. Tilly (2010) que define a ação dos movimentos sociais como uma forma de se “fazer política”. Nesse sentido, para Tilly, o movimento social aprimorou-se gradativamente em suas interações e práticas, interconectando suas características com as demandas vigentes (TILLY, 2010).

5.2. Um Ator Entra em Cena – Surgimento e Estrutura do MBL

“Não é uma banda de *indie-rock*, é a vanguarda anti-Dilma”, título para a publicação de María Martín pelo jornal El País, referindo-se ao grupo de jovens que se puseram à frente dos protestos em oposição ao governo de Dilma Rousseff a partir de 2014. Esta segunda, talvez seja a forma que mais se aproxima do modo de visualização do Movimento Brasil Livre, não porque seja uma simples analogia, mas sobretudo, porque o “movimento” foi instituído para induzir inúmeras pessoas às ruas através de conteúdos publicados em páginas oficiais do grupo no Facebook, deferiram atos sobre os casos de corrupção desde o primeiro mandato envolvendo a presidente da época, Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT). É um grupo heterogêneo, disseminado por diversos estados e cidades brasileiras, constituído em sua maioria de “jovens voltado para as manifestações anti-PT”, reproduzindo conteúdos instrutivos que líderes do movimento disponibilizam através de publicações em blogs, vídeos, campanhas e canais de televisão (MARTÍN, 2014).

Conforme a exploração dos dados pôde ser verificado que o grupo MBL possui em sua exordia uma “unidade” em concordância com as demonstrações de VUNC, o qual segue critérios que dão embasamento para tal teoria. A partir do momento em que o grupo demanda em suas convocatórias, a expansão engajadora induzindo pessoas a se caracterizarem com tintas em suas faces e a utilizarem roupas com um padrão canarinho, asseguram e se efetivam como um grupo homogêneo no que se refere as suas convicções ideológicas.

Entretanto, diante das informações obtidas através do *Facebook*, considerou-se que o movimento em questão, atuou preferentemente em uma impertinência política do que como um movimento social propriamente dito, visto a existência de um grande quantitativo de publicações onde o principal - e por muitas vezes, único objetivo - era a depreciação do PT e de seus integrantes. Observando e analisando em suas postagens, os comentários de seus seguidores e adeptos, pode-se verificar alto teor não apenas de inconformidade com a conjuntura político-econômica do

país, mas também uma grande agressividade e hostilidade para com as pessoas denominadas “petistas” ou que outrora estivessem fazendo luz a uma momentânea defesa dos integrantes do PT.

Do mesmo modo, o movimento em suas manifestações, pode ser visualizado com certo grau de “comprometimento” cultural de VUNC: adultos, adolescentes, idosos, pessoas de várias cores, classes e ocupações, homens e mulheres, que, diante de todas as perspectivas são brasileiros. Desta forma, o movimento nasceu abrangendo parte de uma população inconformada com os acontecimentos envolvendo a presidente Dilma Rousseff em seu primeiro mandato.

Conforme a análise, o “movimento” de forma incessante, utilizou as páginas de mídias sociais para aglomerar pessoas em grandes espaços de convivências como praças e espaços culturais por todo país, afim de obter visibilidade da mídia, e assim prolongar sua campanha inicial anti-PT. Através destas campanhas convocatórias, o MBL atuou como um ator influente, com conteúdo pró-*impeachment*, publicando e atraindo a população por meio de eventos agendados em sua página social do Facebook, como forma de angariar adeptos à campanha proposta. Em seus primeiros *post*, o movimento, juntamente com outros grupos apoiadores, investem em mobilizações em algumas cidades do Brasil. Somente em 2014 foram acionadas duas mobilizações em datas específicas. A primeira, organizada pelo MBL, foi marcada para ocorrer no dia 15 de novembro de 2014.

A Carreta Furacão, por exemplo, se tornou um sucesso nas redes sociais nos últimos anos. O grupo chama a atenção por dançar pagode e funk enquanto rebolam usando fantasias de personagens de desenhos animados, como Mickey, Fofão e Capitão América. Por consequência, o Movimento lança uma campanha induzindo a população a apoiar atos no deslocamento de uma carreta com palhaços para fazer algazarra em atos a favor do *impeachment* e Dilma:

Nós do MBL, convidamos a SENSACIONAL Carreta Furacão para agitar a Avenida Paulista no final de semana da votação do *Impeachment* da presidente Dilma! Venha conosco fazer esta dancinha da vitória mais gostosa dos últimos anos! (MBL, 2014).

Tendo sucesso através de tais modelos de repertório para convocação em massa da população, foi dada sequência a várias organizações coletivas do MBL por todo o país, conquistando novos seguidores e adeptos e ganhando ainda mais peso em meio a opinião pública. Suas postagens eram amplamente replicadas em todos os demais aplicativos de redes sociais e ainda utilizadas como fontes confiáveis de informações.

5.3. Aspectos gerais de atuação do MBL

Com base na análise realizada, observou-se que o grupo MBL possui uma imagem e conduta social que se assemelha com um movimento social sólido. O MBL ao adotar o conjunto de campanhas, repertórios e demonstrações de VUNC materializando a alegação do que os assuntos públicos estão sujeitos a concordância populacional, a qual se rotula merecedora, o movimento ganhou o prestígio ao promover entre pessoas de variadas idades, credos, cores e culturas, uma espécie de “irmandade” com “comprometimento” a busca por, supostamente, melhorias governamentais e uma sociedade tão sonhada. Desta maneira o grupo estimula e coordena suas convocatórias a uma expansão exponencial, conseguindo agregar seguidores e adeptos e ao mesmo tempo, induzir estes a se mostrarem durante os manifestos e reuniões, de maneira caracterizada visualmente, como uma forma de agregar valor organizacional e efetivar o grupo como um movimento social à vista de todos, inclusive pelos meios de registros televisivos, objetivando ganhar prestígio e ainda mais seguidores e adeptos para a formação de uma nova classe.

Entre as formas de atuações do movimento, percebe-se a utilização de um repertório já utilizado por um movimento na década de 1990, a qual culminou no primeiro processo de *impeachment* da América Latina, transcorrido no Brasil em 1992. Na ocasião, a pintura em suas faces foi a performance adotada pelo movimento juntamente com adeptos, caracterizavam com, nas cores preto, verde e amarelo, como uma forma de identificar e dar volume nas ruas para pedirem o

impeachment do então presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo e de outros envolvidos em casos de corrupção¹.

Motivados pelo sucesso da ação ocorrida, neste novo episódio, o grupo iniciante, utilizou características semelhantes ao que outrora havia acontecido em 1992. Todavia, essa grande massa populacional revoltada com a administração executiva do PT foi tamanha que acabou dando lugar à propagação do ódio, distanciando-se do que prega as teorias de um movimento íntegro.

O MBL atuou de modo genérico a um movimento social, visando de certa forma abranger a maior concentração de pessoas possíveis, e para isso rotulou-se como um movimento. Para Araldi (2017, p. 1) o grupo “[...] atua de acordo com os interesses de seus financiadores na articulação de ações políticas, com o objetivo de reforçar o antipetismo”. Por conta disso, Tilly (2010, p. 151) ressalta que durante séculos XX e XXI uma parcela dos trabalhos dos movimentos sociais, percorrem sobre um âmbito figurado, manifestando o surgimento voluntário de identidade que se assumem pelas demonstrações de VUNC, performances e campanhas apresentadas.

¹Caras pintadas: Denominação dada aos jovens e estudantes que se reuniram em manifestações públicas durante o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor em agosto e setembro de 1992. A principal característica desse movimento, que lhe deu o nome, foi o uso das cores preto, verde e amarelo pintadas nos rostos de todos que foram para as ruas. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Acervo Fundação Getúlio Vargas: acesso em 30 de novembro de 2019; link: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>>).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De alguma forma a indignação populacional encontrou na excentricidade de um “movimento social” a competência e o poder de barganha como estratégia de identificação e visualização de uma massa inconformada. Essa competência apontada é subsidiada quando analisamos Tilly (2010) que define a ação dos movimentos sociais como uma forma de se “fazer política”, aprimorando gradativamente suas interações e práticas, interconectando suas características com as demandas vigentes. Além disso, o movimento precisa ser reconhecido através de suas demandas apresentadas, e para isso busca apoio de entes privados ou estatais com características influentes em um cenário de contencioso.

O MBL por sua vez, exerceu suas atividades através de uma espécie *networkink* duplo. A primeira utilizou a mídias sociais para conseguir agregar valor ao nome e conseguir alcançar inúmeros adeptos por todo o país, que por vez, não teria tanto impacto e tanto sucesso caso percorresse em caminhos mais discretos. A segunda linha percorre no que Tude (2010) assinala como *lobby* político. Conquanto os levantes, o MBL coexiste conectado a outros atores políticos. Estes outros atores, figuram-se alternativamente como atores privados ou como atores estatais que buscam mediações em processos dentro do campo político para obterem sucesso.

Desta forma, uma fase da ação está multifacetada por intermédio de terceiros, cujo objetivo é de certa forma financiar os projetos e definir as melhores estratégias, assegurando a efetivação das ações. Para isso estes terceiros atuam em grupos organizados hierarquicamente, onde financiadores da ação e os conhecedores especializados atuam e se engajam por um campanha a qual será introduzida pelo movimento na sociedade.

Lembrando que o objetivo social naquele momento, e de maneira geral, é único e, portanto, comum a uma parcela de pessoas, mesmo que de maneira inconsciente, a população buscou sempre um projeto de cunho nacionalista, aos moldes da ideologia conservadora. Dessa forma, o Movimento analisado deixou claro a existência de um ciclo comportamental da sociedade em questão, onde

almejando sua representação homogênea, utilizou performances já conhecidos, como a utilização de pinturas em suas faces, assim como em protestos ocorridos no Brasil em 1992. Observou-se que os atores influentes, em meio ao processo contencioso, além de suas “dancinhas de caranguejo”, optaram por utilizar dentre outras formas convencionalizadas de interação, as que atribuíram sentido a ação por já terem sido usadas anteriormente em um episódio com a mesma “finalidade” ocorrido na década de 90. Isso mostra que os repertórios quando alcançam seu nível de excelência, podem ser utilizados por diversas formas de ação.

Considera-se que ao instigar as pessoas com promessas de um país melhor o Movimento alcançou seus objetivos de curto prazo. O que pode ser observado no cenário atual é um resultado ou a continuação de um “ciclo de protestos” daquilo que foi iniciado entre 2013-2014. Os resultados em períodos democráticos puseram a prova o poder de persuasão das mídias sociais quando utilizadas incessantemente para dar luz aquilo que se pregam. Acredita-se que o MBL, por sua vez, atuou para que fosse dado início, e não o fim de um ciclo governamental. Através de suas publicações, os anseios de um público conservadorista foram cruelmente ludibriado por um faz de conta.

Ressalta-se que essa pesquisa possuiu o limitante de não conseguir adentrar no interior do Movimento, ou seja, as publicações e manifestações externas via *internet* por parte do Movimento esconde, a priori, o verdadeiro sentido das ações do Movimento. Não é possível saber por completo o que está por de trás das intenções do Movimento, pois as reuniões de planejamento são fechadas, voltadas apenas para os líderes e militantes mais íntimos – prática comum dos movimentos sociais em geral, sejam eles de esquerda, sejam eles de direita. Assim sendo, uma sugestão para pesquisas futuras seria avaliar os repertórios de ação coletiva do MBL a partir da fala dos próprios líderes do movimento, intentando extrair o processo de construção ideológica em torno de suas ações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>.

ALONSO, A. Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **Sociol. Antropol.** vol.2 no.3. *Print version* ISSN 2236-7527. Rio de Janeiro June 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752012v232>>.

ARALDI, L. **O ANTIPETISMO NO MBL – UM BREVE RESUMO**. INTERCOM. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Caxias do Sul - RS – 15 a 17 de jun. 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0466-1.pdf>>.

CHAUÍ, M. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. 11 de ago. 2012. Disponível em: <<http://infoparaliberdade.blogspot.com/2012/08/cultura-e-democracia-marilena-chai.html>>.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. 2 ed. Salvador : Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. 68p. (Coleção Cultura é o quê?, I). Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqeculturavol_1_chai.pdf>.

FONSECA, Bruno Costa da. **O repertório de ação coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata mineira, na passagem do século XX para o XXI**. Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, Minas Gerais, 2016. <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/21289/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**, 2.ed. - Edições Loyola, São Paulo, SP: 2009.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais– Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13624/12489>>.

GREEPECE, Brasil. **#Resista**. 2019. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/topico/resista/>>.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000. Texto adaptado <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Texto-GIDDENS-Globalizacao.pdf>>

LACLAU, E. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

MARTIN, Maria. **Manifestações anti-Dilma**, El-país, São Paulo, 12, dez, 2014. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html>
acesso em 29 de novembro de 2018.

MBL - **Movimento Brasil Livre: Eventos**. Facebook, 2015. Disponível em:
<https://www.facebook.com/pg/mblivre/events/?ref=page_internal>, acesso em 26 de novembro de 2019 às 21:54.

MBL - **Movimento Brasil Livre: Sobre**. Facebook, 2014. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/>>, acesso em 26 de novembro de 2019 às 21:54.

McADAM, D. TARROW, S. TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político.**Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009, Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>>.

MELUCCI, Alberto. **Accióncolectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais: Questões Conceituais Artigos – Um objetivo para os movimentos sociais?**Revista Lua Nova**, n.17. versão impressa ISSN 0102-6445. São Paulo jun. 1989. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>>.

MOREIRA: Maria Ester Lopes: **Caras Pintadas**: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Acervo: FGV:
<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>>

MUSSI, D. **A Ação Política no Pensamento de Charles Tilly: Estrutura, Processo, Confronto e Performance**. BIB, São Paulo, n. 83, 1/2017 (publicada em fevereiro de 2018), pp. 5-20. Disponível em:
<<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-83>>.

NUNES, J. H. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção**. Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 2 Maio/Agosto 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a05.pdf>>.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Ponte editores, 2002.

PORTELA, G. L. **Abordagens teórico-metodológicas**. Projeto de Pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS.2004.

SANTOS, B. S. **Globalização e as Ciências Sociais**. (org.) – 2. Ed. São Paulo – Cortez, 2002. Disponível em:

<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoeciencias.pdf>.

SETTON, M. G. J. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Maio/Jun/Jul/Ago 2002 N° 20. USP. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>.

SILVA, Suelen de Aguiar. **Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático.** 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v38n2/1809-5844-interc-38-02-0339.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político.** Tradução de Ana Maria Sallum – Petrópolis, RJ: Vozes. 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19026>.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160. Disponível em:

TUDE, João Martins; Ferro, Daniel; Santana, Fabio Pablo de A. **Políticas Públicas** — Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.